Sobre o conceito de conhecimento*

Antonio Gomes Penna **

Neste trabalho, propomos o conceito de conhecimento como central no campo da psicologia cognitiva. Sua natureza é considerada especialmente em função da epistemologia de Piaget e da posição fenomenológica. Os problemas centrados na neutralidade e na objetividade são examinados à luz da filosofia de Nietzche, consideradas as posições de Piaget e Bachelard.

Quando falamos em psicologia cognitiva e, especialmente, quando consideramos os processos cognitivos, o conceito de conhecimento propõe-se como central. Importa, então, que ele seja incluído entre os conceitos básicos sobre os quais cabem considerações preliminares. Tais considerações mobilizarão sempre referências às principais posições epistemológicas, dado que elas se revelam co-presentes em qualquer comentário orientado no sentido de se precisar a conceituação desejada. Pois, em função da perspectiva de Piaget, as tentativas de definição do conhecimento ordenam-se em duas grandes categorias: 1. as que o consideram em suas formas acabadas, descartando a idéia de um processo genético que a elas possam conduzir, ou seja, as que o conceituam focalizando-o em sua posição de saber científico; 2. as que o contemplam em suas transformações evolutivas e a nível individual, fixando-se como resultado de um processo histórico envolvendo seqüências de interação. Esta, precisamente, a posição assumida por Piaget. A primeira foi a que prevaleceu ao longo da história da epistemologia.

Abordando a questão do conhecimento sob a perspectiva da fenomenologia e propondo-se, pois, uma descrição prévia de sua estrutura e natureza, sempre se deverão mencionar, como condições constitutivas: 1. a presença de um sujeito e de um objeto, com desempenhos funcionais rigorosamente irreversíveis; 2. um certo tipo de relação intencional vinculando um ao outro. Estas condições, obviamente ao lado de outras mencionadas por Nicolai Hartmann (1945), revelam-se imprescindíveis para que se possa falar em conhecimento. Também no que concerne a essas condições, cabe uma referência a Piaget. De fato, no que toca ao sujeito, descobrem-se, consoante Piaget, duas posições fundamentais: 1. a que decorre da perspectiva cartesiana e considera o sujeito como um dado originário, consagrando-se, portanto, como posição a-histórica; 2. e a que se anuncia em Baldwin e se desenvolve através da própria epistemplogia genética de Piaget, segundo a qual o sujeito é o produto de um processo histórico que se completa ao final da fase egocêntrica. Precisamente a vivência do egocentrismo, ou seja, de um estado marcado por condição de indiferenciação entre o sujeito e o objeto, constitui-se no argumento básico para que se possa recusar a tese cartesiana de um sujeito privilegiado no sentido de se revelar como um dado e não como expressão de um processo histórico, tese que, obviamente, se fundamenta na argumentação da apoditicidade da consciência.

Também em relação ao objeto, descortina-se uma fundamental distinção entre a perspectiva cartesiana, que o considera subordinado a uma condição de dúvida no tocânte à sua existência como realidade independente do sujeito, e a posição de Piaget, que o contempla como algo que se apresenta indiscernível do sujeito na fase egocentralizada, para se afirmar como realidade independente e permanente ao final do primeiro ano de vida. Ainda no que concerne ao conceito de objeto, convém a observação de Piaget de que o primeiro a revelar-se dotado da condição de permanência é o outro sujeito, fato que se mostra contemporâneo da emergência da sociabilidade na criança.

* Artigo apresentado à Redação em 16.07.82.
** Endereço do autor: Rua Pareto, 20 – c/01 – 20550 – Tijuca – Rio de Janeiro – RJ.

No que concerne ao tipo de relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto no processamento do ato de conhecer, várias posições são distinguíveis. A primeira foi sustentada pelos empirista especialmente representados pelos filósofos britânicos. O que a caracteriza é a afirmação de que o conhecimento produz-se como mera conseqüência de uma impressão passiva fixada no sujeito pelos objetos que o circundam. A referência, aqui, a um sujeito meramente receptivo é, até certo ponto, uma concessão, pois que, na realidade, nem cabe qualquer referência a um sujeito numa posição empirista. De qualquer modo, o conhecimento será aqui entendido como uma mera cópia de uma realidade dada. Essa perspectiva encontrou muitos críticos e conduziu, inclusive, a um paradoxo que Piaget define como "o paradoxo de Max Planck". Tal paradoxo consiste na afirmação de que "nossos conhecimentos físicos seriam originados das sensações, mas seu processo consistiria, precisamente, numa total liberação de qualquer forma de antropomorfismo e, especialmente, num distanciamento dos sentidos" (Piaget, 1970*a*, p. 81). Entre os críticos, Leibniz impõe-se em primeiro lugar. Suas objeções à perspectiva empirista, no entanto, deixaram intacta a validade de uma afirmação que se revela totalmente rejeitada por Piaget.

Referimo-nos à de que toda experiência provém dos sentidos, *nisi ipse intellectus*. A originalidade de Leibniz se revelaria, precisamente, através da exceção. Mas o postulado básico do empirismo é conservado intacto: toda experiência provém dos sentidos. Como observa Piaget, dizer que toda a experiência provém dos sentidos equivale a privilegiar o papel da percepção na recepção das impressões. Exatamente esse privilegiamento é que é negado por Piaget. Na verdade, a percepção seria indissociável da ação ou da motricidade. Piaget (1970 q. p. 84) fixa sua posição quando escreve que "nossos conhecimentos nem procedem dos sentidos, nem da percepção, mas da ação inteira, na qual a percepção se integra na condição de função sinalizadora". Conhecer, na verdade, seria agir sobre os objetos, seria manipulá-los e nunca, apenas, contemplá-los. A rigor, a mera contemplação seria, no domínio da cognição, algo como um procedimento perverso no sentido mesmo em que Freud fala em uma sexualidade perversa. A posição piagetiana aproxima-se, aqui, da perspectiva marxista proposta na undécima tese sobre Feuerbach.

Piaget revela-se, entre os psicólogos contemporâneos, como o que mais enfatiza a limitação da perspectiva peculiar ao empirismo. Um de seus argumentos assenta-se sobre a idéia da cópia. Fazer do conhecimento uma simples cópia da realidade – tese peculiar aos empiristas – implicaria o cometimento de um tautologia. Na verdade, se para conhecer precisamos copiar, o prévio conhecimento de que se copia impõe-se como condição necessária. A tese de uma absorção passiva do objeto pelos processos perceptivos ainda é denunciada por Piaget, com base em considerações que se sustentam, por exemplo, na *New look in perception* (Krech, Postman, Bruner), na teoria transacional (Ittelson, Cantril) e no movimento da psicofísica contemporânea (W. P. Tanner). Os dados percebidos jamais de apresentariam em estado puro, mas em ligação com ruídos relativos aos contextos físicos e fisiológicos, de tal maneira que a percepção sempre envolveria procedimentos decisórios com riscos óbvios, impondo-se ao sujeito uma tarefa inequivocamente pré-inferencial, tarefa que se repropõe em Bruner quando, diante de situações fortemente marcadas por condições de ambigüidade, nos fala de hipóteses categorizadoras, subordinadas a processos de verificação.

Assinale-se que, na esteira das objeções propostas contra o empirismo, Piaget se estende em considerações também sobre o positivismo, este especialmente contemplado em sua forma sofisticada, representada pelo Círculo de Viena. A tese de Piaget é de que o positivismo representa uma perspectiva fechada, nele rejeitando, especialmente, a idéia de proposições destituídas de sentido que se contraporiam às proposições tautológicas da lógica e das matemáticas.

Piaget entende que o conceito de proposições destituídas de significado revela uma predisposição imobilista perfeitamente corrigível a partir do momento em que se as reconheça sem significado apenas no estado atual dos conhecimentos disponíveis. É o que nos adianta Piaget 1970*a*, p.116) quando firma sua posição: "A nossa (posição) revela-se aberta a qualquer pesquisa desde que se encontre um método adequado estabelecendo o acordo entre o sujeito e o objeto e nós não conhecemos senão proposições sem significado atual".

Em Kant, o conhecimento revela-se como expressão de uma construção. Supõe-se, aqui, intensa atividade do sujeito, fato que implica opção racionalista. O objeto em si mesmo, contudo, seria incognoscível, dado que conhecer sempre implicaria uma sistemática aplicação de formas de sensibilidade (espaço e tempo) e categorias da razão. O objeto efetivamente conhecido resultaria de um processo essencialmente construtivo do sujeito. A crítica de Piaget atinge a posição assumida por Kant no ponto em que este supõe a prévia existência de categorias e formas *a priori* de conhecimento. Ainda que aceitando a tese de que o objeto resulta, em parte, de um processo construtivo – daí o seu construtivismo – nega Piaget a tese das estruturas prévias destinadas a possibilitar a efetivação do conhecimento. Na verdade, para Piaget, também essas estruturas ou esquemas, como as prefere designar, são o resultado de um processo intenso e contínuo de interação entre o sujeito e o objeto. Dialeticamente,tanto o objeto quanto o sujeito se alterariam, caracterizando-se as alterações do sujeito pela produção de novos esquemas ou "pré-conceitos". Piaget, efetivamente, supera e, na realidade, integra a clássica distinção que se propôs entre conhecer e agir quando se pensou no conhecimento como modificação do sujeito pelo objeto e na ação como modificação do objeto pelo sujeito. A conceituação da inteligência como interiorização da atividade permite a Piaget o processamento de uma operação integradora consumando-se na definição do conhecimento, tanto em termos de mudanças no objeto, obviamente ideais e não reais, quanto no sujeito; neste as mudanças processando-se, tanto em termos de conteúdo de experiências, quanto em termos de formas de obtenção das mesmas.

Enfaticamente Piaget define o conhecimento como um processo. Trata-se de algo que se constrói historicamente. Implica operações realizadas pelo sujeito envolvendo processos de assimilação, a estruturas e processos de acomodação. Supõe uma ação ou um fazer. O *Homo sapiens*, na verdade, é indiscernível do *Homo faber*. Conhecer um objeto é saber usá-lo. É saber manipulá-lo. Trata-se de um processo que mobiliza a inteligência operacional tanto concreta quanto abstrata sem o descarte da própria inteligência sensório-motora. Esboça-se já na percepção, na medida em que nela lá se podem vislumbrar os procedimentos pré-transferenciais, fato que, certamente, não exclui sua condição de processo figural. Insista-se, revela-se já na percepção enquanto nela já se podem considerar presentes condições ligadas à ação, como tão bem assinalou Von Weisacker, através de seu conceito de *gestaltkreis* que, de fato, revela-se distanciado do conceito de *gestalt*, tal como ele é produzido pela Escola de Berlim, precisamente pelas suas implicações motoras: "Quando eu percebo uma casa – escreve Von Weisäcker – eu não vejo uma imagem que entre pelos meus olhos: eu vejo, ao contrário, um sólido no qual eu posso entrar" (Piaget. 1970 *a*, p. 84).

Piaget distingue duas maneiras de se conhecer os objetos: 1. a primeira consiste em se modificar suas posições, seus movimentos ou suas propriedades a fim de explorar-lhes a natureza: a ação que chamamos de física; 2. a outra consiste em se promover o enriquecimento do objeto através da fixação de novas relações que conservam suas propriedades ou relações anteriores, mas completando-as através de sistemas de classificação, de ordenação e de correspondência: as ações lógico-matemática. Segundo Piaget, então, são essas duas formas de ação e não somente a percepção que constituem as fontes do conhecimento e aqui estamos rigorosamente contemplando suas formas científicas.

Piaget revela-se um crítico severo não apenas do empirismo como do inatismo. Nesse segundo tipo de crítica, Chomsky surge como o ponto de referência. É sabido que também Chomsky se opõe ao empirismo. Na verdade, suas objeções a Skinner, centradas no *verbal behavior*, são, fundamentalmente, objeções propostas contra as limitações que atingem a perspectiva empirista, especialmente no domínio da linguagem. Seus argumentos contra o empirismo são conhecidos. Não haveria como porpor-se, em se o aceitando, uma explicação adequada para dois fatos básicos: 1. o de uma criança ser capaz de produzir e de compreender sentenças antes jamais ouvidas ou pronunciadas; 2. a de se registrar um desenvolvimento tão rápido no que concerne aos desempenhos verbais da criança que o pouco tempo em que ele ocorre não possibilitaria uma explicação convincente. Chomsky apela para o inatismo. A criança estaria morfogeneticamente preparada para a linguagem. Dispositivos neurológicos nela presentes garantiriam condição de competência. De resto, a linguagem nem seria aprendida. Na realidade apenas se subordinaria a um processo de desenvolvimento. Pois, Piaget o critica mostrando que o conceito de equilibração se revela muito mais vantajoso como recurso explicativo. A esse propósito escreve Piaget (1974, p. 73): "Contudo, posto que abordamos o terreno da ontogênese onde o pormenor das aquisições e transformações é verificável, encontramo-nos em presença de fatos que, apresentando relações indubitáveis com as suposições de Chomsky, diferem delas, entretanto, quanto à importância ou à extensão dos pontos de partida hereditários (ver os parágrafos 12 e 13). E a razão disso, sem dúvida, é que simplesmente lá onde Chomsky não vê senão uma alternativa – ou um esquema fixo inato se impondo necessariamente, ou aquisições exteriores e notadamente culturais, porém, variáveis e não explicando o caráter limitado e necessário do esquema em questão – há, na realidade, três soluções à escolha e não apenas duas: existe a hereditariedade ou as aquisições exteriores, mas há, também, os processos de equilibração interna ou de auto-regulação. Ora, esses processos chegam, como a hereditariedade, a resultados necessários e, mesmo, de certo modo, mais necessários, porque a hereditariedade varia bem mais em seus conteúdos do que as leis gerais de organização que traduzem a auto-regulação de todo o comportamento. E, sobretudo, a hereditariedade estriba-se apenas sobre conteúdos que são transmitidos tais quais ou não são transmitidos, ao passo que uma auto-regulação impõe uma direção compatível com uma construção, tornando-se esta, assim, necessária precisamente enquanto dirigida." Essa mesma posição Piaget a reapresenta no debate que sustentou com Chomsky no Centro de Royaumont, em 1975 (Piaget, 1979). De resto, em matéria de crítica ao inatismo chomskyano não se poderá fazer silêncio em torno das objeções propostas por Georges Mounin. A crítica de Mounin funda-se na dificuldade de se poder explicar, diante de um esquema fixo inato e de toda uma estrutura gramatical presente na condição de competência de um falante, como, ao lado de sentenças corretas, viabilizam-se, também, formações propositivas que não obedecem às exigências gramaticais. Na verdade, o erro seria difícil de se assimilar em função da perspectiva da gramática gerativa e transformacional de Chomsky.

Uma abordagem nova que se propõe para o problema da especificação da natureza do conhecimento é a que se deriva da Teoria da Informação. Aqui o conhecimento poderá ser conceituado como o equivalente a um conjunto de informações sobre o mundo, possibilitando uma redução de certo estado de incerteza ou de entropia, antes predominante no sujeito. Corresponderia a um sistema de programação. John Shotter propõe severas críticas contra essa abordagem mostrando que nela também fica descartada a idéia de um sujeito ativo, desde que as informações apenas se estocam em uma memória de modo totalmente passivo. Simbolizando a perspectiva informacional na figura de Ulric Neisser, escreve Shotter (1977): "Para Neisser, nós não participamos como agentes na conduta dos processos; ver objetos não é algo que nós façamos, é algo

que os nossos processos cognitivos fazem por nós." Vale assinalar que críticas muito rigorosas ao modelo computacional são produzidas por Dreyfus, e, na verdade, é nelas que Shotter se inspira.

Duas questões revelam-se hoje muito debatidas sempre que se contempla a questão do conhecimento: a de sua objetividade e a de sua neutralidade. Coube a Nietzsche recusar essas duas *propriedades* do conhecimento enquanto considerado em seu nível científico. Obviamente, a questão nem é considerada ao nível do conhecimento ingênuo. Pois, a objetividade seria apenas um ideal epistemológico de fato inatingível pelo motivo mesmo de se constituir em uma espécie de monstruosidade existencial. Supõe-se, quando se admite que o conhecimento seja objetivo, que ele resulte, exclusivamente, de uma razão abstrata. E na verdade nele estão presentes muitas interferências emocionais e motivacionais. Tais interferências constituíram-se, a nível perceptivo, no tema central da *New look in perception*, com os já citados Krech, Postman e Bruner. Obviamente, em uma perspectiva mais ampla, é toda a problemática da ideologia, como expressão de uma falsa consciência, que aqui se propõe, atingindo a totalidade dos processos cognitivos. Também a idéia de neutralidade foi descartada por Nietzsche. Obviamente, na medida em que o desejo se mescla à razão, não seria possível esperar-se um conhecimento imparcial. Todo conhecimento seria parcial no sentido de dizer respeito não essencialmente ao objeto que se pretende seja conhecido, mas ao sujeito que sempre estaria atento aos aspectos úteis do mundo. Olivier Reboul (1974) recorda que a idéia central de Nietzsche é a do caráter fundamentalmente pragmático do conhecimento humano, caráter que assim se revela, mesmo quando se pretende que o conhecimento seja científico e objetivo. O mundo conhecido, conforme comenta Reboul, não é e não pode ser um mundo objetivo, mas um mundo útil, manipulável em função de nossas necessidades vitais. A ciência, graças às categorias subjetivas (como as entendia Kant), não nos dá o conhecimento das coisas, mas o poder sobre as forças naturais. As categorias, como todos os nosso conceitos, são instrumentos a serviço de uma necessidade – necessidade não de conhecer, mas de identificar as coisas para as prever e controlar – fato que implica esquematizá-las e deformá-las.

Para Nietzsche a questão principal não é, como pretendeu Kant, como os juízos sintéticos *a priori* são possíveis, mas porque eles são necessários. E a questão assim proposta comporta uma resposta sutil: se eles nos são necessários é porque eles *não o são em si mesmos*. É porque eles estão mais do lado do sujeito do que do objeto. As verdades do homem, precisamente porque o homem tem necessidade delas para viver, são irrefutáveis erros do homem – eis o pensamento de Nietzsche. No comentário de Jean Granier (1966), a objetividade do conhecimento sempre teria por fundamento o cogito racionalista e, para Nietzsche, o cogito assim entendido é um cogito invertido. Em função dele não será mais a vida que fundamentará o pensamento, mas o pensamento que fundamentará a vida. Por outro lado, sob o pretexto de neutralidade epistemológica, por igual, neutraliza-se a vida, processo, afinal, incompatível com uma visão que se ampara em uma perspectiva que por definição não poderá jamais aspirar ser neutra. Tanto a objetividade quanto a neutralidade ainda se descartam em Nietzsche pela relevância que ele concede à linguagem como fonte de distorções, pois, como comenta Reboul, na esteira de Nietzsche, todo pensamento humano, mesmo científico, é prisioneiro da língua pela qual se exprime. Na verdade, para Nietzsche a linguagem nos engana duas vezes: 1. em primeiro lugar pelo fato de que só dispomos de palavras para designar os estados mais violentos que por nós são vividos; não as dispomos para designar os estados mais moderados. Como só temos consciência do que podemos nomear, só retemos esses estados de exceção: 2. por outro lado, a categoria de substância – projeção do eu sobre as coisas – é inteiramente ilusória, tanto quando a aplicamos sobre o mundo, como quando a aplicamos sobre os sujeitos. Paul-Laurent Assoun recorda que

Nietzsche propôs uma curiosa hipótese estabelecendo uma analogia entre a consciência do primitivo e a consciência onírica. Pois, talvez possamos considerar certa continuidade entre a consciência onírica e a consciência desperta no sentido de nela sempre constatar-se o predomínio do desejo. Seria, sem dúvida, um alargamento para a posição nietzschiana no tocante à questão da neutralidade e da objetividade. Nessa perspectiva, a proposição de Freud de que o sonho é a realização de um desejo teria tido em Nietzsche uma amplitude maior, pois que toda a atividade da consciência, mesmo aquela que se centraliza na *obtenção de conhecimento*, fundamentalmente seria a realização de um desejo.

Piaget posiciona-se teoricamente muito bem no que concerne a esses dois problemas quando, em primeiro lugar, considera a objetividade em termos de acordo entre os integrantes da comunidade científica (posição obviamente popperiana) sem, contudo, o descarte da idéia de adequação com o objeto; e, em segundo, no que concerne à neutralidade, entende que ela possa ser atingida através de processo de descentralização que, progressivamente, exclua uma determinação do objeto pelo sujeito, enquanto centro de desejos. Vale recordar que um exemplo clássico de procedimento descentralizador é fornecido pela noção de egocentrismo. A superação da fase egocentralizada seria a expressão de um dos primeiros procedimentos de descentralização entre os muitos que se cumprem no decorrer do desenvolvimento. Especificamente, escreve Piaget (1970 *b*, p. 25):"O caráter próprio do conhecimento científico é chegar a certa objetividade no sentido de que, mediante o emprego de certos métodos ora dedutivos (lógico-matemáticos), ora experimentais, finalmente haja acordo entre todos os sujeitos acerca de determinado setor dos conhecimentos. Digamos desde já que a objetividade não exclui em nada a necessidade de uma atividade do sujeito no ato do conhecimento. Porém, é justo distinguir duas significações, ou, com mais precisão, dois aspectos no que se chama de sujeito. Falaremos, por uma parte, de sujeito epistêmico, para designar o comum a todos os sujeitos de um mesmo nível de desenvolmento, independentemente das diferenças individuais; por exemplo, as atividades de classificar, ordenar e enumerar são comuns a todos os adultos normais, de modo que a série de números inteiros é a mesma para todos esses indivíduos (sem que seja, por isso, necessariamente extraída dos objetos). Por outra parte, falaremos de sujeito individual, para designar o que segue sendo próprio de tal ou qual indivíduo: por exemplo, cada qual pode simbolizar a série de números inteiros mercê de uma particular imagem mental (série de traços verticais, escadas, discos empilhados, etc.) que difere de um indivíduo para outro. O próprio do conhecimento científico funda-se, pois,em chegar a uma objetividade cada vez mais rigorosa mediante um duplo movimento de adequação a respeito do objeto e de descentralização do sujeito individual com relação ao sujeito epistêmico.

Uma referência final queremos aqui registrar recordando a posição assumida por Bachelard. A idéia é, ainda, a de considerarmos os dois problemas acima apontados, ou seja, o da objetividade e o da neutralidade. Pois a Bachelard devemos o conceito de psicanálise do saber ou de um saber psicanalisado. Tal saber seria aquele precisamente distanciado do desejo em cima do qual, na verdade, apenas se funda a opinião. Mas a *doxa* é algo que deve ser superado precisamente na medida em que não reflete a realidade, mas os desejos abrigados pelo sujeito. A passagem do saber não psicanalisado para o psicanalisado implicaria a experiência do corte, quando a *doxa* cederia espaço para a *episteme*. Assim, escreve Bachelard (1960, p. 14): "A ciência, em sua necessidade de acabamento tanto quanto em seu princípio, opõe-se absolutamente à opinião. Se ela chega, em um ponto particular, a legitimar a opinião é por razões diferentes daquelas que fundam a opinião; de direito, a opinião está sempre errada. A opinião pensa mal; na realidade ela não pensa: traduz necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos por sua utilidade

ela se proíbe de conhecê-los. Nada pode ser fundado na opinião; em primeiro lugar é necessário destruí-la. A opinião é o primeiro obstáculo a ultrapassar." Trata-se, aqui, de uma posição racionalista. Embora com esse compromisso, não se distancia de Piaget e, obviamente, coloca-se no pólo oposto de Nietzsche. Para Nietzsche não há procedimento psicanalítico que salve o conhecimento, enquanto nele se pretenda alocar uma aspiração de verdade. E não há por que, na realidade, o próprio conceito de verdade é descartado como um conceito perverso e como um conceito que não chegou a ser atingido, juntamente com o da razão, pela crítica pretensamente radical de Kant. Não há por que, como assinala Ricoeur, não existe nenhum espaço neutro. Na verdade, não vale para Nietzsche a distinção proposta por Bachelard entre opinião e conhecimento científico. Este é visto como fundamentalmente dóxico em sua estrutura e natureza. Nietzsche, em lugar de conhecimento verdadeiro, propõe a interpretação. Tudo seria interpretação. Observa, contudo, que as interpretações não são equivalentes. Algumas são baixas, reativas, niilistas; outras são nobres, ativas, criadoras. E são assim porque resultam não da razão, mas dos instintos, e haveria instintos bons e maus. A crença em um mundo verdadeiro de qualquer modo seria espúria.

Dissemos anteriormente que Piaget teoricamente se posiciona bem no tocante aos conceitos de objetividade e neutralidade e que, ao lado de Bachelard, distanciar-se-ia de Nietzsche. Obviamente Piaget compartilha da oposição de Nietzsche a Kant, como não o percebeu K. Lorenz ao caracterizá-lo como muito próximo de Kant, como comentou Barbel Inhelder. Compartilha por não concordar com a tese de que as categorias da razão sejam estruturas *a priori*. Na verdade, entende-as como produtos históricos resultados de interações. Também compartilha na recusa a uma razão pura. Piaget sempre insiste na impossibilidade de se considerá-la assim. Mas obviamente revela-se em oposição a Nietzsche ao considerar perfeitamente possível o conhecimento científico, sem dúvida definido, como não podia deixar de ser de outro modo, como um conhecimento aproximado da realidade de que participamos e continuamente sujeito a revisões através de descentralizações sucessivas.

Acerca do dilema idealista/realista, a posição de Piaget é clara. Sua perspectiva é realista. O descarte da possibilidade de ser um idealista registra-se através das respostas que deu às questões levantadas por Luria, Leontiev, Rubinstein e outros, quando de sua visita à URSS. Na verdade, indagado acerca da possibilidade de admitir a existência de objetos independentemente do conhecimento que deles pudesse ter, Piaget negou insinuando, assim, um compromisso idealista. Mas logo se definiu de modo inequívoco como um realista, quando admitiu sua adesão à tese da preexistência do mundo em relação ao conhecimento na medida em que ele próprio faz parte do mundo conhecido.

Summary

In this work the intention is to propose the concept of knowledge as a central theme in the field of cognitive psychology. That in itself is considered specifically in the frame of Piaget's epistemology and in a phenomenological position. The problems of neutrality and objectivity are examined upon Nietzsche's philosphy and considered in Piaget and Bachelard's positions as well.

Referências bibliográficas

Bachelard, Gaston. *La Formation de l'esprit scientifique.* Paris, Vrin, 1960.
Furth, Hans G. *Piaget e o conhecimento.* Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1970.
Granier, Jean. *Le Problème de la vérité dans la philosophie de Nietzsche.* Paris, Seuil, 1966.
Hartmann, Nicolai. *Les Principes d'une métaphysique de la connaissance.* Paris, Aubier, 1945.
Monin, Georges. *Linguistique et philosophie.* Paris, PUF, 1975.
Piaget, J. *Sabedoria e ilusões da filosofia.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.

_____. *Psychologie et épistémologie.* Paris, Gonthier, 1970 *a.*
_____. *Naturaleza y métodos de la epistemología.* Buenos Aires, Proteologica y Conocimiento Científico, 1970 *b.*
_____. *Problemas da psicologia genética.* Rio de Janeiro, Forense, 1973.
_____. *A epistemologia genética.* Petrópolis, Vozes, 1973.
_____. *O Estruturalismo.* São Paulo, Difel, 1974.
_____. Inhelder, Bärbel. *A psicologia da criança.* São Paulo, Difel, 1978.
_____. et alli. *Théories du langage, théories de l'apprentissage. Centre Royaumont pour une science de l'homme.* Paris, Seuil, 1979.
Reboul, Olivier. *Nietzsche–critique de Kant.* Paris, PUF, 1974.
Shotter, John, *Imagens do homem em pesquisa psicológica.* Rio de Janeiro, Zahar, 1977.